

GÊNERO E SEXUALIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NO DOCUMENTO CURRICULAR DA BAHIA: UM ENFOQUE PEDAGÓGICO

Kássio Ricardo Miranda do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tornou-se o principal documento normativo da Educação Básica, estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais em todas as etapas escolares. Aprovada pelo Conselho Nacional de Educação entre 2017 e 2018, ela passou a orientar políticas educacionais e práticas pedagógicas em todo o país (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020).

O presente estudo busca compreender como as diretrizes da BNCC abordam as questões de gênero e sexualidade, analisando seus impactos no contexto escolar e a forma como docentes tratam esses temas em sala de aula. Os objetivos específicos incluem investigar a presença dessas temáticas no texto final da BNCC, identificar de que modo são trabalhadas nas escolas do Núcleo 03 de Amargosa-BA e compreender como se refletem nas práticas pedagógicas. A pesquisa foi desenvolvida com professores da rede municipal, atuantes em quatro escolas situadas na zona rural do município.

Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa e caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e aplicação de questionários estruturados. Segundo Beatriz Coelho (2021), esse tipo de abordagem busca compreender fenômenos sociais a partir da relação entre o pesquisador e o contexto estudado. Para Gil (1999), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema e gerar hipóteses explicativas. Assim, a metodologia adotada combina a análise documental da BNCC com a escuta de docentes sobre suas vivências e práticas.

A BNCC (BRASIL, 2020) estabelece dez competências gerais voltadas à formação integral dos estudantes, integrando aspectos cognitivos, emocionais e sociais. No entanto, observa-se que o documento silencia as questões relacionadas à diversidade de gênero e

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atua como Coordenador Pedagógico na Rede Pública Estadual de Ensino da Bahia. E-mail: kassio.nascimento@enova.educacao.ba.gov.br

sexualidade, restringindo o termo “gênero” a classificações textuais e evitando discussões sobre identidade e orientação sexual. Monteiro e Ribeiro (2020) destacam que essa supressão decorre de pressões conservadoras que influenciaram a elaboração final da base.

A escola, por sua vez, deve ser compreendida como espaço de socialização e respeito às diferenças. Para Seffner (2020), é nela que se aprende o valor da convivência democrática e da liberdade de expressão. Nesse sentido, refletir sobre gênero e sexualidade na BNCC é essencial para promover uma educação que valorize a diversidade, combata preconceitos e garanta o direito à cidadania de todos os sujeitos.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica pela relevância de discutir como as orientações curriculares nacionais tratam temas que ainda enfrentam resistências no contexto escolar. O estudo busca contribuir para o fortalecimento das práticas docentes no município de Amargosa-BA, incentivando a inserção crítica e responsável das discussões sobre gênero e sexualidade nos currículos escolares.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de analisar o trato pedagógico das questões de gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB). Essa abordagem permitiu compreender percepções e práticas docentes no contexto educacional, interpretando discursos e experiências de forma crítica.

O estudo baseou-se em levantamento bibliográfico e documental, utilizando livros, artigos científicos e documentos oficiais sobre educação, gênero e sexualidade, a fim de identificar como essas temáticas são tratadas nas diretrizes curriculares. Paralelamente, aplicaram-se questionários estruturados a docentes da rede municipal de Amargosa-BA, pertencentes ao Núcleo 03, com o propósito de compreender suas práticas e desafios no trabalho com essas temáticas.

Os questionários, compostos por questões objetivas e subjetivas, foram aplicados de forma remota via Google Forms, garantindo o anonimato e o cumprimento dos princípios éticos da pesquisa científica. Antes da aplicação, os(as) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando confidencialidade e voluntariedade.

A análise dos dados combinou procedimentos qualitativos e quantitativos, permitindo relacionar percepções docentes com as orientações da BNCC e do DCRB. Essa triangulação foi interpretada à luz de autores como Louro (2011), Meyer (2010), Furlani (2010) e Silva (2020),

possibilitando identificar lacunas, avanços e resistências na abordagem pedagógica das questões de gênero e sexualidade nas escolas públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes da Educação Básica. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2020), busca assegurar o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, fundamentada em dez competências gerais que articulam dimensões cognitivas, sociais e éticas. Contudo, embora proponha uma formação ampla e inclusiva, o texto final da BNCC apresenta lacunas significativas quanto às questões de gênero e sexualidade, que foram excluídas ou tratadas de forma superficial.

Silva et al. (2020) observam que o termo “gênero” aparece na BNCC apenas em contextos linguísticos, e não como categoria social de análise. Essa omissão reflete a pressão de grupos conservadores durante a elaboração do documento, conforme relatam Ribeiro e Monteiro (2020), que destacam a retirada de trechos que tratavam da diversidade e do respeito à orientação sexual. Para Silva (2020), a versão final foi aprovada sem participação popular, reforçando uma concepção curricular hegemônica e excludente.

Diferente da BNCC, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) apresenta uma perspectiva mais aberta e contextualizada. Ele orienta as redes de ensino do estado na construção dos seus currículos, tendo como base as diretrizes nacionais, mas adaptadas à realidade sociocultural baiana. O DCRB busca garantir os direitos de aprendizagem e valorizar a diversidade como princípio educacional (BAHIA, 2018). É composto por três volumes Educação Infantil e Ensino Fundamental, Ensino Médio e, futuramente, as modalidades de ensino configurando-se como um marco na política curricular da Bahia.

O documento defende que a ausência de debates sobre gênero e sexualidade nos currículos reforça desigualdades e preconceitos, impedindo a formação de estudantes críticos e conscientes. Para o DCRB, a educação deve promover o respeito às diferenças e o fortalecimento da cidadania, especialmente de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+.

O conceito de gênero, segundo Meyer (2010), refere-se à forma como as identidades de homens e mulheres são construídas socialmente, em meio a relações de poder e normas culturais. Louro (2011) amplia esse entendimento ao afirmar que o gênero é uma categoria que

permite questionar hierarquias e desigualdades. Essas autoras destacam que o papel da escola é fundamental para desconstruir padrões discriminatórios e valorizar a pluralidade.

Louro (2011) compreende a sexualidade como uma construção cultural e histórica, que envolve linguagens, práticas e representações sociais. Assim, abordar o tema na escola significa reconhecer a diversidade de identidades e promover o respeito mútuo. Furlani (2010) reforça que o currículo, as normas e os materiais didáticos muitas vezes perpetuam preconceitos, sendo necessário revisá-los para que se tornem espaços de acolhimento e equidade.

Assim, Louro (2000) considera o currículo um campo de disputa simbólica, no qual se decidem os saberes e valores legitimados pela escola. Refletir sobre gênero e sexualidade nesse contexto é fundamental para a construção de uma educação democrática. Luz e Almeida (2011) acrescentam que tratar dessas temáticas de forma transversal contribui para romper estereótipos e humanizar o processo educativo.

Os resultados empíricos desta pesquisa confirmam a necessidade de ampliação desse debate. Dos(as) professores(as) do Núcleo 03 de Amargosa-BA, 80% afirmaram não abordar gênero e sexualidade em sala de aula, alegando falta de preparo e receio de resistência das famílias. Essa realidade demonstra que, apesar do reconhecimento da importância do tema, ainda há obstáculos à sua efetiva implementação.

Para Furlani (2010) e Reis (2009), a escola deve ser espaço de reflexão e combate aos preconceitos, e isso exige formação docente contínua e apoio institucional. Conforme Silva et al. (2020), o diálogo sobre diversidade é essencial para uma escola humanizada e plural. Assim, tanto a BNCC quanto o DCRB precisam ser revisados para incorporar de maneira mais clara e efetiva as discussões sobre gênero e sexualidade, consolidando uma educação comprometida com os direitos humanos, a cidadania e a equidade social.

RESULTADOS E DISCUÇÕES

A pesquisa buscou compreender como as questões de gênero e sexualidade são tratadas nas escolas do Núcleo 03 de Amargosa-BA, a partir da análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos por meio de questionários e documentos. Constatou-se que 80% dos(as) professores(as) não abordam essas temáticas em suas práticas, enquanto 20% afirmaram trabalhar o assunto em sala de aula. Esses dados revelam fragilidades na formação docente e a ausência de políticas institucionais que incentivem o debate sobre diversidade e direitos humanos.

Grande parte dos(as) docentes relatou não se sentir preparada para tratar do tema, apontando falta de capacitação e receio de reações familiares ou culturais. Conforme Furlani (2010), o currículo e os materiais escolares ainda reproduzem desigualdades e preconceitos, o que contribui para a manutenção de práticas discriminatórias. Reis (2009) já ressaltava a importância de a escola problematizar tabus e crenças de forma ética, embora esse objetivo ainda enfrente barreiras em contextos conservadores.

Os resultados também mostram que muitos reconhecem a importância do debate, mas sentem falta de apoio pedagógico e institucional. A carência de políticas públicas e de formação continuada impede avanços significativos. Assim, torna-se essencial inserir essas discussões nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), fortalecendo o compromisso escolar com o respeito e a cidadania.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento desse desafio depende de políticas educacionais que priorizem a formação docente e promovam a valorização da diversidade nas práticas escolares. A inclusão das temáticas de gênero e sexualidade deve ser compreendida não como uma imposição, mas como um passo necessário para consolidar uma educação democrática, plural e comprometida com os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a ressaltado no texto, mesmo no currículo da BNCC abordado a questão de gênero e sexualidade, pode-se perceber que ainda existem profundas barreiras que separam essas questões de gênero e sexualidade, dentro do contexto escolar, no que diz respeito à educação. Não somente em um ambiente escolar, mas ainda envolve muitos preconceitos.

O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) é o guia estadual que orienta os sistemas e instituições de ensino na construção de seus currículos e Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), com base na BNCC. Ele surge como um instrumento fundamental para compreender as identidades territoriais e os processos de transformação social, favorecendo a reflexão sobre os movimentos de desterritorialização e reterritorialização vivenciados nas escolas baianas.

Portanto, a escola continua reproduzindo as diferenças e desigualdades sociais, mas atualmente de uma forma mais velada. É importante que as escolas e sua comunidade reflitam sobre a compreensão do Currículo como uma tradição inventada, como um artefato socioeducacional, que se configura nas ações de conceber/selecionar/produzir, organizar,

institucionalizar, implementar/dinamizar saberes e atividades, visando mediar processos formativos. Formação que se implica e se configura pela construção de qualificações constituídas na relação com os saberes eleitos como formativos.

Assim, através do desenvolvimento de sua consciência profissional e crítica, pois, o/a educador/a deverá saber por que está ali, por que ensinar e o que ensinar, uma vez que só um sujeito crítico e consciente politicamente tem condições de modificar a realidade. Dessa forma, é possível afirmar que o/a educador/a são pessoas essenciais para o despertar do senso crítico e do pensar dos/as alunos/as, para uma sociedade não preconceituosa, machista e hipócrita como tem sido a nossa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela Kaciane; LUZ, Stanck Nanci. **Gênero, sexualidade e currículo: possibilidades para a educação sexual na escola.** In: X CONGRESSO NACIONAL EDUCERE, 7 a 10 nov. 2011. **I Seminário Internacional de Representação Social e Subjetividade e Educação.** Anais [...]. Curitiba: PUCPR, 2011.

BRITZMAN, Deborah. **Curiosidade, sexualidade e currículo.** In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COELHO, Beatriz. **Citação direta: diferença entre citação curta e citação longa nas normas da ABNT.** Blog Mettzer, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/citacao-direta-curta-longa/>. Acesso em: mai. 2024.

COELHO, Beatriz. **Conclusão de trabalho: um guia completo de como fazer em 5 passos.** Blog Mettzer, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/conclusao-de-trabalho/>. Acesso em: mai. 2021.

COELHO, Beatriz. **Introdução: aprenda como fazer para seu trabalho acadêmico.** Blog Mettzer, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/introducao-tcc/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

DANTAS, Maria O.; AMORIM, Maria V. **Pesquisa: aplicando instrumentos de geração de dados – observação, questionário e entrevista.** Brasília: Universidade de Brasília, [s.d.].

DMITRUK, Hilda Beatriz (org.). **Cadernos metodológicos: diretrizes da metodologia científica.** 5. ed. Chapecó: Argos, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: mai. 2024.

FURLANI, Jimena. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; VILODRE, Silvana (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.* 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. 10. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias da sexualidade.** Porto Alegre: Práxis, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; VILODRE, Silvana. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Everton. **Artigo acadêmico: importância, como escrever e formatação na ABNT**. Blog Mettzer, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/artigo-academico/>. Acesso em: jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e educação: teoria política**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; VILODRE, Silvana (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PARÁISO, Marluce Alves; MEYER, Dagmar Estermann (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Pedro Ricardo Martins. **Sexualidade e gênero na atual BNCC: possibilidades e limites**. *Revista Sexualidade e Educação*, v. 1, 2020.

SILVA, Elder Luan dos Santos. **Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC**. *História, Histórias*, v. 8, n. 16, p. 142–155, jul./dez. 2020. DOI: 10.26512/rhh.v8i16.31928.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, André de Azambuja; MELLO, Sônia Maria da Silva; MARASCHIN, Catiúcia Anselmo Funari; JUNQUEIRA, Elena Maria Billig. **Gênero e sexualidade na BNCC: uma análise sob a perspectiva freiriana**. *Revista Diversidade e Educação*, v. 8, n. 2, p. 152–176, jul./dez. 2020.

